

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?

Axiotoponym: (Implicit) Political-Ideological Proselitism in Maranhão?

Reginaldo Nascimento Neto*

RESUMO

Este artigo pretende considerar a concepção de que nomear e existir compõe uma associação de sentidos afins. Discorre-se então sobre a interdependência dos processos onomasiológicos e semasiológicos sob o ponto de vista do signo como representação metafórica da realidade. Discute então que a toponímia pode ser usada como propaganda de celebridade política, para então, concluir que o emprego de axiotopônimos no estado do Maranhão pode ser um instrumento proselitista de perpetuação ideológica implícita do poder. A análise do *corpus* está centrada no município maranhense de Presidente Sarney.

PALAVRAS CHAVE: Maranhão; axiotopônimos; propaganda ideológica; Proselitismo

ABSTRACT

This paper intends to consider the conception that naming and existing make up an association of similar meanings. The interdependence of onomasiological and semasiological processes is then discussed from the sign point of view as a metaphorical representation of reality. It then argues that Toponymy can be used as propaganda for the political celebrity, and then concludes that the use of axiotoponyms in the state of Maranhão can be a proselytizing instrument of

Recebido em 10 de agosto de 2021.

Aceito em 14 de janeiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2022n63.530>

* Universidade Federal do Tocantins, nadyndhu@ifma.edu.br

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6480-8357>

implicit ideological perpetuation of power. The corpus analysis is centered on the municipality of Presidente Sarney in Maranhão.

KEYWORDS: Maranhão; axiotoponyms; ideological propaganda; proselytizing.

Introdução

No que concerne a topônimos com nomes, que homenageiam políticos, o Maranhão detém um número proporcionalmente superior aos demais estados da federação, e em alguns casos, fazendo referência a personalidades ainda vivas, e, dessa forma, infringindo lei constitucional. Decorre daí o interesse na investigação sobre os axiotopônimos do Maranhão.

O *insight* inicial para esta investigação foi o de perscrutar as causas e conseqüências desses axiotopônimos no imaginário social coletivo das populações, com base na pergunta da pesquisa, será que há proselitismo político ideológico nos axiotopônimos do Maranhão, como resultado da interferência do poder na nomeação toponímica?

A hipótese deste trabalho sugere que os topônimos evidenciam fatos sociais, culturais, históricos e ideológicos de uma população, e que a ocorrência expressiva de axiotopônimos no Maranhão poderia advir de motivações político-ideológicas requerendo assim um estudo sobre esses topônimos.

A fundamentação teórica arqueou-se sobre os estudos de Dick (1987, 1990, 1992, 1998, 1999, 2007), Baldinger (1966), Peirce (2005), Reboul (2004), Ricoeur (1976), Lakoff Johnson (2002), Pinker (2005), Vasconcelos (1931), Llorach (1999), Goffman (2002), Carvalhinhos (2007), Dauzat (1926), Walker (1990), Davies (1981), Watkins (2011), Tuan (1975), Barnard (2013), Monnerot (1978), Sampaio (1997), Berger e Luckmann (1994), Certeau (2008), em forma de diálogo da toponímia com outras áreas interdisciplinares.

O artigo inicia discorrendo sobre a concepção de que nomear e existir possuem sentidos afins; descreve os processos onomasiológicos e semasiológicos sob o ponto de vista do signo como representante da realidade; considera a relevância do nome próprio como símbolo do poder, descrição implícita de fatores culturais e sociais, bem como, instrumento de proselitismo no estabelecimento, reforço, e eternização de ideologias.

A partir daí, aborda que a topofilia ou sentimento de simpatia pelo lugar estabelece um vínculo afetivo, que parece ser usado como instrumento de manipulação introdutora de ideologias e apresenta o conceito de topônimos como representativos do poder.

Decorre então, a análise da trajetória política do ex-presidente José Sarney, e sua vinculação com a toponímia do Maranhão.

1. Nomeação

Em 1455 d.C., o prelo de Gutenberg (1398-1468) imprimiu em Mogúncia, atual Mainz – Alemanha, o incunábulo de pergaminho medieval, composto por 1282 páginas e texto de caracteres que simulavam o talhe de manuscritos, organizado em duas colunas.

As letras capitulares ostentavam iluminuras coloridas resultantes da mistura de corantes vegetais ao sulfato de alumínio e potássio dodecahidratado.

Essa Bíblia latina de Jerônimo, ou Vulgata¹, grafa em Gênesis capítulo I verso 3, os verbos *Fiat*, *Facta*, *Appellavitque*, traduzidos respectivamente do hebraico – יָהִי (*Yéhy*) – Haja, וַיִּקְרָא (*Vayehi*) – houve, e וַיִּקְרָא (*Vayikra*) – chamou.

Figura 1



A Bíblia vulgata latina 1455 d.C Fonte: On Line²

1 Latim Medieval. *Vulgata*, do lat. *vulgata* (*editio*), fem. do lat. *vulgátus, a, um* ‘propagado, que é de uso público; publicado’ (Houaiss, 1999).

2 <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/lutero-500-anos-da-reforma/biblia-vulgata/>. Acesso em: 15/Nov/ 2019.

Tais verbos, ali empregados, fazem inferir que, desde o momento da escritura original do relato da criação - (1440-1400 a.C.), já se concebia a ideia de que pensar/conhecer, existir e nomear seriam eventos imbricados de conceitos afins, que comporiam um conjunto de elos contextuais comuns e relativamente simultâneos.

A palavra *naman* (nome) em Sânscrito deriva do verbo *gna*, que significa *saber*. Sua raiz foi mantida na formação das palavras *ge* (**ge**) terra, e *gennao* (**gennao**) gerar em grego, pois essas duas línguas são ramos do mesmo tronco indo-europeu.

Semelhantemente, na origem, as palavras nome, existência e conhecimento, são também **cognatas**, (co= junto + gennao = gerar), ou seja, pertencem à mesma família etimológica. Em grego, a raiz **noma**(**nomα**) das palavras **onoma** (**onoma** – nome), **onomaíno** (**onomaino** – nomear), e **oninemí** (**oninemí** - reputação) está presente no interior das palavras **gignomai** (**gignomai** – vir à existência, nascer, tornar-se), **gnome** (**gnwmη** - entendimento, conhecimento) e **gnoma** (**gnwma** - conhecimento, pensamento).

Decorre daí o verbo conhecer em: “... Adão conheceu a Eva, sua mulher, e ela concebeu e deu à luz a Caim” (Gênesis 4:1) ser empregado como eufemismo de copular e fazer gerar.

Provenientes de uma mesma origem etimológica, as palavras conhecer, gerar e nomear revelam associações linguisticamente interligadas, e descrevem três engrenagens essenciais, rotantes na mecânica dos processos onomasiológicos e semasiológicos.

Assim como, a percepção da existência de uma coisa requer um ato nominativo, também um nome pressupõe existência e cognição dessa coisa, ainda que abstrata ou do universo do pensamento. “A realidade só tem existência para os homens quando é nomeada” (FIORIN, 2006, p. 55).

Os dois vetores de funcionamento do mecanismo de nomeação e significação implicam na relação coisa-palavra e palavra-coisa, ou seja, a onomasiologia arqueando-se sobre a coisa ou conceito, busca por meio de um processo nominativo, vesti-lo com um nome, portanto, parte do conceito para

a palavra (*out-into*); enquanto que, na contra-rotação, a semasiologia ancora-se na palavra para tanger os conceitos que a ela se referem (*in-out*).

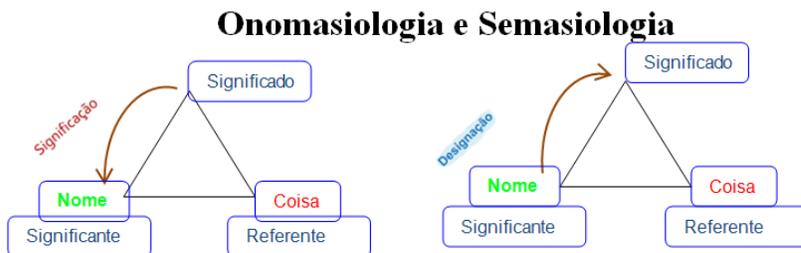
A tônica conceitual dos termos Onomasiologia e Semasiologia compartilhada por Tosqui-Lucks, (2008) e Baldinger, (1966) destaca que a Onomasiologia detém-se com as designações e a Semasiologia com os significados:

[...] a Onomasiologia representa a face das designações, compreendendo todos os significantes de um dado significado, ao passo que a Semasiologia representa a face das significações, compreendendo todos os significados possíveis que possam traduzir um determinado significante (TOSQUI-LUCKS, 2008: 232).

A semasiologia, é certo, considera a palavra isolada no desenvolvimento de sua significação, enquanto que a onomasiologia encara as designações de um conceito particular, vale dizer, uma multiplicidade de expressões que formam um conjunto. A onomasiologia implica, pois, desde o começo, numa preocupação de ordem estrutural (BALDINGER, 1966, p. 8).

Portanto, segundo Baldinger (1970), na onomasiologia ocorre “uma ideia, noção ou conceito que deve receber um nome”, sendo, por isso, conceituada como a “ciência que se propõe a examinar as várias maneiras seguidas para que uma ideia encontre um significante”. No que concerne à Semasiologia, declara-a um processo inverso, pois parte do signo para a ideia, tendo sua gênese no significante.

Figura 2



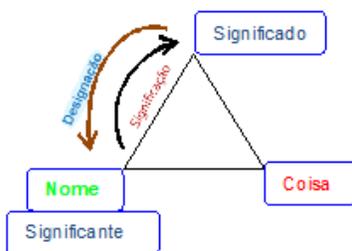
Fonte: Adaptado de Baldinger (1970)

Embora dispostos separadamente na figura 02, a despeito da oscilação de maior ou menor ênfase em suas etapas, os dois processos se pareiam. Isto é, não se isolam nem se anulam, mas formam um sistema de conjuntos sinérgicos com funções indissociáveis que se intercambiam e se complementam. A figura 3 espelha essa sinergia, pois, de acordo com Dick (1998, p. 102), os movimentos ocorrem associadamente:

A construção de um texto onomástico, [...] se realiza por etapas. A passagem do plano onomasiológico da língua (designação) para o semasiológico (significação) é que permitirá a complementação do processo denominativo. São momentos de construção de um conjunto, que caminham associadamente e ganham forma à medida que entendemos não ser possível isolar o sistema onomástico do campo da linguagem (DICK, 1998, p.102).

A interdependência entre Onomasiologia e Semasiologia de que fala Dick (1998) já houvera sido defendida por Baldinger (1966, p. 26) quando disse que a posição no campo semasiológico é simultaneamente determinante da posição no campo onomasiológico.

Figura 3



Triângulo de Baldinger II Fonte: Adaptado de Baldinger (1966)

Dessa forma, como se pode apreender da figura 03, a Onomasiologia e a Semasiologia formam um sistema complexo de componentes imbricados e indissociáveis que administra o equilíbrio compensatório na oscilação comutativa entre os eventos de suas funções, sem que uma engrenagem suplante ou anule a outra.

Um nome é um signo, ele aponta para algo distinto, refere-se a alguma coisa, que está para além dele próprio. Dessa forma, nomear é um ato simbólico e representativo. Todo sistema de nomeação envolve uma elaboração cognitiva de uma cultura, e, portanto, é o resultado mental oriundo de uma visão cultural.

Não se pode ignorar que nomear envolve um sistema de elaboração cognitiva de uma cultura. Segundo Dupâquier (1981, p. 135), “*o modo de nomear os indivíduos*” não é oriundo do acaso.

Dick (1998, p. 99) discorre que costumes e hábitos de um grupo, germinados a partir da cosmovisão de uma sociedade, brotam assinaladamente na onomástica:

Na Onomástica, em geral, ocorrem interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo definidores da macrovisão de sua cultura (DICK, 1998, p.99).

De fato, mesmo antes da invenção da escrita, o nome tem envelopado um conjunto consistente de influências dos costumes e hábitos sociais, por isso o ato de nomear está eivado de motivações das mais diversas. Parece que, para referenciar coisas, indivíduos e lugares, a analogia ou apontamento cronológico daquele ou daquilo que está sendo nomeado com alguma marca histórica, migratória, social, étnica, física, etc. tem sido um dos fatores mais preponderantes no nome e, conseqüentemente, na motivação do ato de nomear.

Partindo deste cenário de discussões, é fundamental perceber a relevância dos nomes próprios, principalmente no que concerne à representatividade que um nome exerce. Toda sociedade precisa identificar, caracterizar e nomear suas realidades conforme sua cultura e língua.

Portanto, como se é de esperar, quer implícita ou explicitamente, residem indícios de modalização nos atos de nomear e, por conseguinte, nos nomes. Isto sugere intenções de outorgar prestígio e ou reputação auspiciosa ao nomeado, ou o oposto conforme as conveniências e modos de ver do nomeador.

Na realidade, o nomeador faz apologia a conceitos, pressupostos primordiais, percepções e juízos de valor atrelados sempre à carga conceitual oriunda da sociedade, educação e costumes, que filtram e configuram seus pontos-de-vista sobre o mundo. Assim, um nome maquia, reveste, pinta ou retrata os esquemas mentais que abarcam os princípios conceituais fossilizados desse indivíduo que nomeia.

2. Nome e presença virtual perpetuada

Para os povos primevos, os nomes tinham um significado mais substancial, relevante e pessoal. O nomear era entendido como ato de concessão de uma personalidade ou caráter almejado. O nome era considerado como a pessoa ativamente presente. Assim, como hoje em dia, quando em uma solenidade, uma dignidade se faz representar, isso concede ao seu porta-voz a mesma referência de autoridade como se o próprio representado estivesse pessoalmente presente e ativo.

Os semitas acreditavam que deveriam conhecer o nome da pessoa antes dela própria. O nome deveria precedê-la. Essa razão fazia o ato de nomear uma tarefa muito importante (PACKER, 1995, p. 447).

Por esse motivo um grande número de causas, propósitos e motivações, oriundos dos valores sociais de cada agrupamento, alicerçavam o paradigma de que o nome influenciava a vida, e isto moldava o costume de dar nomes significativos, como assevera Carvalhinhos (2007):

Durante a Antiguidade os nomes não eram atribuídos por tradição ou gosto, mas efetivamente havia um motivo ou uma motivação ao fazê-lo, fosse por atributos físicos ou morais que se quisesse imprimir no indivíduo nomeado, fosse por devoção ou pela crença que um nome sagrado ou ligado ao sagrado traria sorte ao portador do mesmo (CARVALHINHOS, 2007, p.3).

No passado, havia o entendimento de equiparação do nome ao caráter da pessoa, isto é, o nome era aquilo que se concebia da pessoa, e tinha o significado que o nomeador pretendia que fosse o traço fundamental do caráter do nomeado.

Outro fator importante sobre o nome é ressaltado por Vampré (1935), quando diz que, durante o ato de pronunciar ou ouvir um nome, ocorre a evocação da pessoa referida com seus atributos físicos, morais, jurídicos, e econômicos, *virtualizando sua presença ativamente representada*:

Quando pronunciamos, ou ouvimos um nome, transmitimos ou recebemos um conjunto de sons, que desperta em nosso espírito, e no de outrem, a ideia da pessoa indicada, com seus atributos físicos, morais, jurídicos, econômicos, etc. Por isso, é lícito afirmar que constitui o nome a mais simples, a mais geral e a mais prática forma de identificação (VAMPRE 1935, p. 38).

A reconfiguração da presença virtualizada na enunciação de um nome encapsula, todavia, outras ferramentas e propósitos.

Pierre Lévy (1996) percebe a virtualização como sendo um fator de criação da realidade.

Dessa forma, é possível o entendimento de que, quando o registro de um nome e seus feitos na história, sejam lidos e recordados, supostamente ainda podem produzir feitos e efeitos sobre os que os ouvem ou lêem.

É nítido que as pesquisas onomásticas do Brasil centram sua tônica no caráter diacrônico dos topônimos como averba Carvalhinhos (2002/2003):

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória (CARVALHINHOS, 2002/2003, p. 172).

Por algum motivo, entretanto, a toponímia crítica, que leva em consideração o caráter instilador de ideologias como aspiração do nomeador, para perpetuá-la no futuro, pouco se leva em conta.

Urge perceber-se que a motivação toponímica bifurca-se também, com relação à perspectiva temporal em causal e consecutiva, isto é, sobre bases de por quês, bem como de para quês.

O aspecto causal ou diacrônico resgata a história toponímica visando à sondagem das motivações do nomeador a fim de preservá-la como fundo de memória, não se atina, todavia, para o caráter proselitista, político, propagandístico e apologético, instilador de ideologias que supostamente estejam embutidas nos topônimos. Seu escopo parece ser meramente perscrutar motivações pretéritas, e guardá-las de enfeite ou como troféus empoeirados, ao invés de empregá-las como ferramentas de resistência à manipulação.

No que se refere à toponímia crítica, Berg e Wolteenaho (2009) descortinam o caráter sempre presente do *poder* ao nomear lugares, explorando-o na “construção de paisagens contemporâneas e históricas”

e sinalizando explicitamente que a ação de nomear lugares é “uma prática por excelência do poder sobre o espaço” (PINCHEVSKI E TORGOVNIK, 2002, p. 366), dessarte, “as relações de poder têm sido inerentes à toponímia”, e concluíram que “esse campo de estudo tem sido tradicionalmente caracterizado, minimamente falando, pela inocência política”:

Ao todo, parece-nos que a pesquisa tradicional de nomes não apenas ‘teme a política’ (PALONEN, 1993, p.103), mas também não reflete honestamente sobre sua própria cumplicidade nas lutas pelo poder sobre as toponímias [...] muitas vezes, os topônimos aparecem para as pessoas como ideologicamente inocentes, em vez de dínamos semióticos carregados de poder para dar sentido aos lugares. [...] os topônimos literalmente ‘fazem sentido’ na vida das pessoas (BERG; VUOLTEENAHO, 2009, p.7).

Muito embora, tradicionalmente, a toponímia tenha trilhado uma vereda afeita à descrição de nomes dos lugares como meros retratos de suas características, em tempos recentes, a toponímia crítica (VUOLTEENAHO E BERG, 2009) tem vislumbrado os nomes dos lugares como instrumentos socialmente engendrados para o estabelecimento, sanção, reforço e perpetuação do poder.

Na brecha desse escopo, o homem tem historicamente buscado tornar célebre e perpetuar seu nome, empregando todo recurso do poder econômico, social, militar, retórico, psicológico, religioso e político de que dispõe, para fazer isso, ainda que tenha de ocultar ou dissimular, tanto quanto possível, essas intenções.

Levando-se em conta a evocação virtualizada da pessoa referida, explicada por Vampré (1935), discorre-se no plano a seguir que, ao nomear os objetos da cultura material de suas épocas, com seus próprios nomes, certas autoridades de povos primevos empregavam este artifício como forma de, aparentemente eternizar suas memórias e feitos. Citam-se monumentos que dão suporte ao postulado do “nome registrado, nome eternizado”.

Por longo e saudável que um indivíduo possa ser, seria uma irracionalidade esperar que ele vivesse para sempre. Essa contingência - a

inexorabilidade da morte – faz com que ele busque muitas formas de eternizar sua memória e feitos.

Diante da observação de que a finitude chega a todos, surge um inconformismo com essa inapelável efemeridade. O poder, então, inebriado pelo desejo de mirabolante perenidade, faz “convênio com a pedra”.

Uma vez que rochas primordiais como o granito são muito duráveis, pelo menos em comparação à existência humana, o poder faz “convênio com a pedra” para supostamente imputar à inscrição de seu representante sua mesma longevidade, semelhantemente aos povos antigos. Isto é, em detrimento dessa inconformidade com a finitude inevitável, o poder tenta, explícita ou implicitamente, perpetuar sua existência, inscrevendo seu nome como um retrato de suas ideologias, modos de pensar, costumes – o que, de fato, é a identidade da pessoa - em coisas mais imarcescíveis que ele mesmo, como no metal, na pedra, nas edificações, no tempo e acentuadamente nos lugares.

Nas escavações arqueológicas que ocorrem no Oriente Próximo, acham-se muitos Cilindros e Estelas Monolíticas com inscrições de exaltação do poder.

O termo estela – (*gr. $\sigma\tau\eta\lambda\eta$, stela* – coluna ou pilar) é empregado na arqueológica para designar os monolíticos verticalizados onde se veiculavam inscrições talhadas.

Walker (1993) assevera que o propósito auto-enaltecedor das estelas era de fato propagandístico:

Os reis podem ter sido iletrados, com exceção de Shulgi e Assurbanipal, mas eles eram bem cientes do valor da propaganda de criar um registro permanente de suas façanhas. [...] Assim, além de cada recibo diário e das criações literárias, temos uma classe separada de textos comemorativos e dedicatórios, a princípio, majoritariamente em pedra (WALKER, 1993, p. 38).

O interesse freqüente dessas inscrições era, em suma, o enaltecimento, disseminação, instauração e perpetuação ideológica, religiosa ou política

do protagonista emissor, enquanto comunicando uma versão das proezas de seu poderio como os exemplos que se seguem nas estelas proselitistas arqueológicas abaixo:

Quadro 1

Potentado	Descrição do monumento	Figura da Estela	Inscrição
Lamgi-Mari	<p>Com a passagem do tempo, e a sucessão de reinos, cidades eram construídas em cima da pilhagem de outras cidades, soterrando-lhes o passado. Ocorre então um sucessivo sobreposto de camadas de terra e outros materiais depositados pela ação do tempo e pela ocupação humana. Quando escavações arqueológicas são levadas a efeito, escavando essas colinas à procura de vestígios históricos, surge o que se chama de <i>tel</i>, ou sítio arqueológico. Cada <i>tel</i> formado recebe um topônimo composto por esse termo, como por exemplo, <i>Tel el amarna</i>, <i>Tel el daba</i>, etc.</p> <p>No Tel Hariri, a oeste do rio Eufrates, na Síria, o arqueólogo francês André Parrot (1901-1980), que dirigiu escavações ali, desenterrou, em 23 de janeiro de 1934, uma estátua de 27,2 cm, exibida no museu de Aleppo. Ela retrata a fisionomia sorridente do rei Lamgi-Mari vestido com uma longa toga enfeitada. Davis (1993, p. 89), ao tratar da relação entre texto e estátua no Egito após o período arcaico, 2700 a.C. em diante, diz parecer que a consideração de unidade íntima entre o nome e a figura deixa de ser um costume e a estátua passa a ser então apenas o veículo para o texto que ela porta. Vê-se também no caso de Lamgi-Mari (c.2470 - 2450 a.C.) uma inovação, pois a representação de sua aparência difere da face arrogante dos conquistadores assírios.</p>	<p>Figura 4</p>  <p>Estátua de Lamgi-Mari Fonte: (KELLER, 1982, p. 42-43)</p>	<p><i>Eu sou Lamgi-Mari, rei de Mari, Sumo sacerdote de Entil</i> (KELLER, 1982, p. 42-43).</p>

<p>Hamurabi</p>	<p>Conhecida como Código de Hamurabi, a estela cilíndrica de diorito negro polido apresenta em seus dois metros e vinte e cinco centímetros, vinte e uma colunas contendo duzentas e oitenta e duas cláusulas legislativas decretadas por Hamurabi. A dureza dessa pedra ígnea torna-a trabalhosa para esculpir, todavia o talhe é muito durável. Descoberta por J. de Morgan em 1902, encontra-se, atualmente, no Museu do Louvre, em Paris.</p>	<p>Figura 5</p>  <p>Código de Hamurabi Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fguiadolouvre.com%2Fcodigo-de-hammurabi-rei-da-babilonia%2F&psig=AOvVaw3s7KrzPMBiLIFZiISuq0aR&ust=1628188201134000&source=images&cd=vfe&ved=0CAsQjRxqFwoTCLDVpqKAmPICFQAAAAAdAAAAABAD</p>	<p><i>Eu sou Hamurabi, aquele que acumula opulência e prosperidade, conquistador dos quatro cantos da terra, [...] aquele que supriu seu povo com a água, Que amontoou riquezas para Anu e Ishtar, Aquele que encheu de abundância os templos, [...] Eu sou o primeiro dos reis, aquele que dominou as regiões do Eufrates, aquele que salvou seus homens da desgraça, aquele que estabeleceu suas regras na Babel em paz, aquele cujas obras agradam a Ishtar, deusa do amor e da guerra, aquele que dirige os povos. Eu sou o rei forte, o sol da Babel, [...] o rei que traz obediência aos quatro cantos da terra, O protegido da deusa Ishtar” (BOUZON, 1986).</i></p>
<p>Mesa</p>	<p>Outra pedra inscrita para prestigiar o nome de seu protagonista é a Estela de Mesa. Trata-se de uma monólito de cobalto negro polido com 117 cm altura, 60 cm de largura e 6 cm de espessura. A extremidade superior é arredondada. Supõe-se que o texto de 34 linhas tenha sido inscrito por volta de 830 a.C.</p> <p>Ela foi achada, a cerca de seis quilômetros ao norte do rio Arnon, próximo a região de uádi el-Mojib, Jordânia. Pertence ao acervo do Louvre sob número AO 5066 e trás a autobiografia de Mesa.</p>	<p>Figura 6</p>  <p>Pedra Moabita Disponível em: https://www.pinterest.co.uk/pin/834432637187391860/. Acesso em 23 de fever 2018.</p>	<p>Eu sou Mesa, filho Qemos[yat], rei de Moab, o dibonita. Meu pai reinou sobre Moabe trinta anos e eu reinei depois de meu pai. E construí este lugar alto para Qemos em Qarhoh BMS', porque me salvou de todos os reis e porque me fez prevalecer sobre os meus inimigos (JAMES KING, 1878, p. 55).</p> <p>Disponível em: https://archive.org/details/ moabspatriarcha01fundgoog. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.</p>

<p>Ciro</p>	<p>Além das estelas, moldavam-se bases cilíndricas de argila para receber inscrições. Uma dessas molduras é o cilindro de Ciro, que se encontra no Museu Britânico e foi descoberto por Hormuzd Rassam, no ano de 1879. Suas medidas são de 22 cm de largura, com um diâmetro de 10 cm, assemelhando-se a um barril. Sua escrita é cuneiforme, isto é, feita por meio de cunhas ou marcas na argila, e, no parágrafo 20 – 22, encontra-se a inscrição descritiva de Ciro, seguida da introdução <i>Eu sou Ciro</i>.</p>	<p>Figura 7</p>  <p>Cilindro de Ciro Disponível em: https://www.ancient.eu/article/166/the-cyrus-cylinder/. Acesso em 13 de novembro de 2018.</p>	<p>Eu sou Ciro, rei do mundo, grande rei, rei legítimo, rei de Babilônia, rei da Suméria e de Acade, rei das quatro extremidades (da terra), filho de Cambises (<i>Ka-am-bu-zi-ia</i>), grande rei, rei de Anzã, neto de Ciro [I]... descendente de Teíspes... de uma família que sempre exerceu a realeza (DARYAEE, 2013, p. 78-84).</p>
<p>Senaqueribe</p>	<p>Com 38 cm de altura, 13 cm de largura alta e 14 cm na largura baixa, o Prisma de Senaqueribe (704 – 681 a.C.) é a peça número BM 91032 do Instituto Oriental de Chicago – Estados Unidos, e possui seis colunas e quinhentas linhas.</p>	<p>Figura 8</p>  <p>Prisma de Senaqueribe Disponível em: https://www.ancient.eu/article/166/the-cyrus-cylinder/. Acesso em 13 de novembro de 2018.</p>	<p>Senaqueribe, o poderoso rei, rei do mundo, rei da Assíria, rei dos quatro quartos, o pastor sábio favorito dos grandes deuses, guardião da direita, amante da justiça, que dá apoio, quem vem em auxílio dos desamparados, que realiza atos piedosos, herói perfeito, homem poderoso, primeiro entre todos os príncipes, o poderoso que consome o insubmissivo, quem golpeia o ímpio com o raio. (Disponível em: http://www.kchanson.com/ANCDOCS/meso/sennprism1.html. Acesso em 22 de maio de 2018)</p>

Em face das considerações acima declinadas, percebe-se que, para os povos primevos e, também para uma boa parte dos governos modernos, há íntima relação entre nome e perpetuação da existência. Parece que, no que concerne à natureza humana, um constante anelo pela exaltação, posse, domínio e perpetuidade se manifestam no transcurso da história.

O empenho para tornar um nome célebre, prestigiado, com reputação valiosa, conforme os padrões do imaginário social coletivo ou

pessoal, significando, estabelecendo, retratando e reforçando ideologias, práticas, costumes e valores nos diversos tipos de propaganda, atos da fala, comportamentos e relações de poder, é um recurso do proselitismo artístico ou bélico que, embora se aperfeiçoe nas técnicas de camuflagem cada vez mais sub-reptícias, mantém-se em vigor como descortinado pelo estudo da onomástica.

Onoma era usado pelos gregos para designar tudo que um nome engloba – todo pensamento ou sentimento que vem à mente quando mencionado, lembrado ou ouvido. Assim, é derivativo presumido da autoridade ou caráter de quem respectivamente defere ou recebe o nome.

A palavra “proselitismo” tem sua formação etimológica composta pelos radicais gregos *prós*³ (à frente, a favor de), *eluth*, raiz de *erkhesthai* (ir ou vir com sentido de aderir) e *ismos*⁴ significando doutrina ou sistema⁵.

Proselitismo é a “atividade ou esforço de fazer prosélitos” ou adeptos (HOUAISS, 2019), logo, proselitismo político-ideológico pode ser entendido como qualquer atividade destinada a tentar captar seguidores para uma causa, doutrina ou ideologia política.

Dado seu caráter retórico destinado ao convencimento, o proselitismo político pode ser facilmente confundido com propaganda política, tendo-se em vista que Bobbio et. al. (1983, p.1018) definem propaganda como “uma difusão deliberada e sistemática de mensagens [...] visando a criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e a estimular determinados comportamentos.” Dessa forma, propaganda política é, em suma, “uma forma de captação de votos [...] através da divulgação de suas propostas, visando à eleição de cargos eletivos” (CÂNDIDO, 2005, p. 149).

3 (HOUAISS, 2019).

4 *-Ismo* serve para designar movimentos sociais, ideológicos, políticos, opinativos, religiosos e personativos, através dos nomes próprios representativos (HOUAISS, 2019).

5 Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/proselito/> Acesso em 12/10/2018

Rollo e Braga (1996, p. 2) distinguem proselitismo político de propaganda política afirmando que propaganda política é regida pelo Art. 36 da Lei 9504/97 que estabelece um período específico para essa divulgação, enquanto que proselitismo, “mesmo que ele traga insito em seu bojo, o interesse pelo voto futuro” não é coibido pela lei, levando-se em conta que faz parte do trabalho político ficar em evidência, desde que não haja pedido direto de voto.

A fronteira entre proselitismo e propaganda é tênue. Então, para impor limites entre esses dois atos, os tribunais do país passaram a considerar como propaganda política, aquela que “leva ao conhecimento geral, ainda que de forma dissimulada, a candidatura, mesmo que apenas postulada, a ação política que se pretende desenvolver, ou razões que induzam a concluir que o beneficiário é o mais apto ao exercício da função pública. Sem tais características, poderá haver mera promoção pessoal...” (Respe nº16.183 / MG, de 17.2.2000, rel. Min. Eduardo Alckmin, DJ de 31.3.2000) *apud* (ROLLO, 2016, p.3).

Um dos *modus operandi* da propaganda envolve o aspecto de associar símbolos a eventos, sensações, pensamentos, inferências e percepções para evidenciar uma marca, ideia ou nome, buscando espaços para visualização de maior número da massa de público alvo na recepção de sua retórica argumentativa de convencimento. Garcia (1999, 2005) assim retrata essa busca por espaços para propaganda ideológica:

Além dos meios de comunicação propriamente ditos, a propaganda também se apóia em inúmeros outros suportes. Qualquer objeto ou espaço que possa ser visto por um razoável número de pessoas é aproveitado. As paredes são pichadas com frases, slogans e símbolos. As placas de inauguração e sinalização difundem realizações, prestigiam líderes políticos e homens públicos. As cédulas e moedas, os selos postais, contêm mensagens e efígies de homens públicos. Faixas e estandartes ostentam mensagens e símbolos. Estátuas e bustos concretizam o prestígio daqueles que devem ser considerados heróis (GARCIA, 1999, 2005, P.79-80).

O processo de associação de ideias se dá, na ótica de Pinker (2005, p. 115), porque para o indivíduo, em seus modos de ver o mundo, “a forma de uma representação determina o que se pode inferir dela facilmente”.

Dessa forma, um ponto positivo é ligado a coisas como positivas, bem como um ponto negativo pode embalar como negativas outras representadas.

Segundo J. Monnerot (1978) *apud* Borges (2006, p. 28) “os poderes destrutivos contidos nos sentimentos e ressentimentos humanos podem ser utilizados, manipulados por especialistas, tal como o são”.

Por isso, um dos elementos na elaboração de uma propaganda reside na identificação e na exploração do imaginário popular.

De forma geral, a propaganda, quer explícita ou implícita, influencia a tomada de decisão.

Segundo Gregolin (2001, p. 110-111), “Indiscutivelmente, a propaganda é um instrumento de manipulação social que integra nosso cotidiano” e seus recursos “afetam nossas práticas, comportamentos, condutas”.

O receptor de mensagem conativa é, em maior ou menor escala, vulnerável, pois não há, segundo Sampaio (1997), defesas inexpugnáveis:

A propaganda seduz nossos sentidos, mexe com nossos desejos, resolve nossas aspirações, fala com nosso inconsciente, nos propõe novas experiências, novas atitudes, novas ações. Por mais defesas que possamos construir, por mais barreiras que levantemos, sempre há o anúncio que fura o cerco, o comercial que ultrapassa os muros, a ideia que interfere em nossa vontade. Apesar de buscarmos a racionalidade do ceticismo, de incentivarmos a defesa da indiferença, sempre há uma mensagem publicitária que nos atrai, interessa e convence (SAMPAIO, 1997, p.7).

Em decorrência disso, quando uma propaganda é bem sucedida, ela faz, consoante Weilbacher, (1994), o “consumidor pensar da forma como o anunciante desejava que ele pensasse e predispõe o consumidor a agir como o anunciante desejava que ele agisse”.

Ao tratar da comunicação persuasiva, Rabaça e Barbosa (1995) dizem que a propaganda é uma ação proselitista planejada para influenciar as atitudes do público, conceituando-a como:

[...] conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos e as atitudes do público num determinado sentido. Ação planejada e racional para divulgação das vantagens, qualidades, superioridades de um produto, serviço, marca, ideia, doutrina, instituição, etc. (RABAÇA E BARBOSA, 1995, p. 481).

No que diz respeito à propaganda comercial, o destinatário, pelo menos de forma geral, percebe sua finalidade de levá-lo a comprar um produto ou serviço; no entanto, a propaganda político-ideológica é velada.

Considerando-se o aspecto de ser a “propaganda um instrumento de manipulação social” (GREGOLIN, 2001), e que ela induz o destinatário “a agir como o anunciante deseja” (WEILBACHER, 1994), então, de fato, a propaganda político-ideológica tem “a função de formar a maior parte das ideias e convicções dos indivíduos e, conquistar a adesão deles, e assim, com isso, orientar todo o seu comportamento social” (GARCIA, 1999, 2005, p.10-11).

A propaganda encarregou-se de enaltecer presidentes, apresentando-os como os líderes mais indicados para serem chefes de governo. Com a construção de uma imagem positiva dos presidentes, esperava-se conseguir despertar a confiança da população para suas decisões, explicações e esclarecimentos (GARCIA, 1999, 2005, p. 15).

Ao explicar que “a propaganda política é uma empresa organizada para influenciar a opinião pública e dirigi-la”, Bartlett (1940, p. 7) chama a Lenin e Hitler de gênios da propaganda, dadas suas respectivas citações: “o principal é a agitação e a propaganda em todas as camadas do povo”; e “a propaganda permitiu-nos conservar o poder, a propaganda nos possibilitará a conquista do mundo”.

No Brasil, a Lei no. 9.504/97, art. 39, § 4º proíbe a realização de *showmícios* ou evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação remunerada de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral (BRASIL, 2012), todavia, levando-se em conta o que declara Garcia (1999, 2005), dependendo da denominação que se dá às ruas e municípios, elas também passam a ser um tipo de propaganda proselitista político-ideológica:

As denominações de ruas e praças, as placas comemorativas e de sinalização, as estátuas e efígies de pessoas, colocadas nos mais diversos logradouros, aparentemente se destinam apenas a servir de orientação ou a decorar os ambientes. Porém, na maioria dos casos, cuja vida deva servir de exemplo, com o objetivo de que sejam imitadas em benefício da realização dos interesses promovidos pela propaganda (GARCIA, 1999, 2005, p. 12).

Na base ou etiologia de um topônimo pode estar fossilizada a inscrição da ideologia, crenças, história, geografia e filosofia que o motivaram e conferiram identidade. Portanto, o estudo da toponímia pode desvelar as influências exercidas pelo poder em voga para a nomeação de um dado lugar e, descortinar as inferências de glamour e publicidade da filosofia que gera esse nome.

Como um invólucro que envelopa o proselitismo das motivações onomásticas, o topônimo passa a ser uma porta de investigação histórica, geográfica, política e social por causa dos dados nele incrustados.

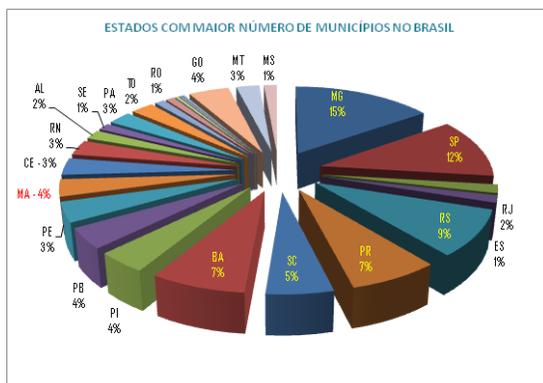
3. Axiotopônimo proselitista no Maranhão

O estado do Maranhão faz limite com o Piauí, Tocantins, Pará e o Oceano Atlântico. A extensão territorial de sua área é de 331.937,450 km², sendo o segundo maior estado da região Nordeste e o oitavo maior do Brasil.

No entanto, os 217 municípios do estado do Maranhão compõem apenas 4% dos 5570 municípios do Brasil. Os estados de Minas Gerais (853),

São Paulo (645), Rio Grande do Sul (497), Bahia (417), Paraná (399) e Santa Catarina (295) detêm respectivamente a maior porcentagem de municípios como segue:

Gráfico 01



Distribuição Percentual de Municípios por Estado do Brasil Fonte: Nascimento Neto (2019)

Obviamente, diante desse gráfico de distribuição percentual de municípios por estado do Brasil, pode-se inferir que a extensão territorial não seja a razão mestra na segmentação do estado em entes federativos, pois, quando se compara, por exemplo, o Rio Grande do Sul, que tem a área de 282.062 km² composta de 497 municípios, com o Amazonas, que se estende por 1.570.745 km² e tem apenas 62 municípios, isso fica notório. Portanto, o argumento relativo unicamente à área territorial não parece ser relevante na defesa da criação de novos municípios.

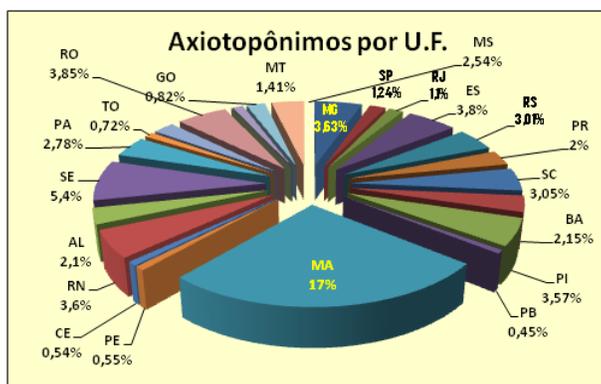
Os antropotopônimos, segundo Dick (1990, p. 285), são os “nomes de lugares constituídos a partir de designativos pessoais”, sendo que, “o que caracteriza, portanto, esta categoria é o emprego do nome individual como técnica de nomeação de acidentes geográficos”. Todavia, diz Dick (1992, p. 304), que quando esses “topônimos de origem antroponímica” vêm “antecedidos de títulos indicativos de [...] investidura em funções

políticas e, mesmo, de dignidades e honrarias” figuram na “categoria de Axiotopônimos.

Para Ferreira (2004), deve-se entender por títulos, qualquer denominação, designação ou qualificação honorífica; e por dignidade, o cargo, função ou posição graduada de autoridade.

De maneira especial, a ocorrência de axiotopônimos no estado do Maranhão é um recorte que salta aos olhos, dada sua elevada proporção nitidamente discrepante em comparação aos demais estados do Brasil, fato este que sugere ser sintomático da arrogação de poder nos atos compulsórios de nomeação toponímica.

Gráfico 02:



Percentual de Axiotopônimos por Unidade da Federação II Fonte: Nascimento Neto (2019)

O foco da propaganda político-ideológica implícita em axiotopônimos que incide sobre o imaginário social coletivo cristaliza-se no conceito de que o poder compensa seu ônus, e tem trazido a lume um enaltecimento exacerbado da aspiração ao poder como um fim em si mesmo. O viés ideológico da homenagem axiotoponímica no Maranhão precisa ser descortinado e repensado.

No Brasil, a Lei nº. 6.454, de 24 de Outubro de 1977, delibera em seu Artigo 1º, que:

É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta - (redação dada pela lei nº. 12.781, de 10 de janeiro de 2013)⁶.

Portanto, a própria lei dá a entender que ocorre propaganda implícita ao se “atribuir nome de pessoa [...] a bem público”, e que ao dizer “pessoa viva”, pretende coibir seu uso político-ideológico majorado.

A despeito da clareza da lei supracitada no que concerne à homenagem toponímica a pessoa viva ou que tenha tido envolvimento com a exploração da mão de obra escrava, no Maranhão encontram-se flagrantes infrações dessa lei.

A cultura da celebridade parece favorecer com indulgência à transgressão da Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, concernente ao toponimizar pessoa viva. Percebe-se haver dentre os 217 topônimos maranhenses, axiotopônimos de políticos ainda vivos e atuantes no cenário nacional. Um deles é o município de Presidente Sarney – MA.

Figura 4



Localização do Município de Presidente Sarney no Estado do Maranhão.

Fonte: On Line ⁷

6 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6454.htm. Acesso 22 de janeiro de 2019.

7 Disponível em: <https://www.mapasparacolorir.com.br/mapa/estado/ma/estado-maranhao-municipios.jpg>. Acesso em 10/julho/2019. Assinalamento por Nascimento Neto (2019), a partir de base cartográfica do IBGE.

O site do IBGE é sucinto ao dizer apenas que, em 1994, esse município foi elevado à categoria de município e distrito com essa denominação pela Lei Estadual Nº 6198, de 10 de Novembro de 1994 (ANEXO IX), tendo sido desmembrado da cidade de Pinheiro/MA:

Em 1994, foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Sarney.

Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Presidente Sarney, pela Lei Estadual nº 6198, de 10-11-1994.

Desmembrado de Pinheiro. Sede no antigo distrito de Presidente Sarney (ex-localidade de Pinheiro).

Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE).⁸

Embora o silêncio histórico-informativo impressione, em 17 de outubro de 2017, a Assembleia Legislativa aprovou a realização de plebiscito para a alteração daquele toponônimo, retomando seu antigo nome, ou seja, Pimenta do Maranhão.

O número de homenagens toponímicas no Estado do Maranhão para o nome Sarney é expressivo e relevante. Esse topônimo está presente em ruas, avenidas, pontes, vilas, no Fórum, no estádio, na maternidade e em outros mais.

Costa (1997, p. 2) faz inferir a existência de interesse político-ideológico proselitista, quando diz que esse acervo de homenagens foi robustecido a partir de 1996 com a criação de 81 novos municípios.

Convém lembrar que a toponímia comemorativa da oligarquia Sarney foi toda ela instituída em 1996, quando da criação dos 81 novos municípios maranhenses. Através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a

8 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/presidente-sarney/historico>. Acesso em 06/08/2019.

si mesma e a seus feitos na edificação do que denomina, em seu discurso, de um ‘Novo Maranhão’. Como nos primórdios da república do Brasil, ainda vale a advertência de Lima Barreto: ‘Há nos próceres republicanos uma necessidade extraordinária de serem gloriosos e não esquecidos pelo futuro (COSTA, 1997, p.2).

O fato de o Poder reverenciar a si mesmo lançando luz favorável sobre seus feitos e autoridade, visa à perpetuação, como já discutido. Não diferente do passado, seu “convênio com a pedra” - onde inscreve seu nome, e reflete o retrato de seu modo de pensar, seus costumes e suas ideologias - continua a ter o mesmo propósito propagandístico.

Conhecido o valor fundamental da visibilidade para a formação das dignidades, decorre a sinonimização com o caráter de celebridade, pois, no pensamento de Marshall (1997), celebridades são as figuras públicas constituídas pela visibilidade. Também afirma Sibilía (2010, p. 54) que a vitrine, significando a visibilidade, que cria o real:

“Qualquer um” pode ser famoso, levando em conta o fluxo incessante de celebridades que nascem e morrem sem nada ter feito de extraordinário, mas apenas por ter conquistado alguma vitrine mais ou menos abrangente. Porque cabe às telas, ou à mera visibilidade, essa capacidade de conceder um brilho extraordinário à banalidade exposta no rutilante espaço midiático (SIBILIA, 2010, p. 54).

Nesse contexto, Herschmann & Pereira (2003, p. 13) asseveram que essas figuras públicas se “destacam da vida cotidiana em virtude do talento na atividade profissional que desempenham, em função de fatores como atos heróicos e ou estratégias publicitárias bem sucedidas”. Assim, o papel da Mídia, por meio da visibilização em massa, é basilar no processo de construção do indivíduo expoente suscitando entusiasmo no imaginário social coletivo.

Segundo Braudy (1997, p.3), “o desejo de fama requer publicidade”, e para Lilti (2018, p. 11), esse frenesi por notoriedade resulta como “efeito da cultura da celebridade.”

Semelhantemente aos reis do passado, que até “podem ter sido iletrados, mas conheciam bem o valor da propaganda” (WALKER, 1993, p. 38), no Maranhão, José Sarney, bem letrado⁹ como é, prontamente deve ter se apercebido da influência dessa ferramenta na formação de um imaginário favorável às celebridades e soube associar seu nome a um símbolo.

Figura 5



Ex-Presidente José Sarney Costa Fonte: On Line ¹⁰

Em 1965, José Ribamar Ferreira de Araújo Costa adotou o nome de José Sarney Costa em referência a seu pai – Sarney de Araújo Costa (04/09/1901 – 22/07/1961), e por ser um patrônimo favorável à política, dado o prestígio que seu pai possuía como promotor público.

Uma das hipóteses sobre a origem do nome *Sarney*, conforme Obata (2002, p. 9), remonta ao período em que seu avô – José Adriano de Araújo Costa – trabalhava com os ingleses e, encantou-se com a elegância da forma com que se evocava a um gerente chamado senhor Ney.

Mesmo não sendo nobre, os funcionários empregavam *sir* antes de seu nome como versão portuguesa de *senhor*. Daí, por adaptação fonológica, como ocorreu aos vocábulos *chulé* e *fórró*, neologismos oriundos respectivamente

9 José Sarney é o “sexto ocupante da Cadeira nº 38, eleito em 17 de julho de 1980, na sucessão de José Américo de Almeida e recebido em 6 de novembro de 1980 pelo Acadêmico Josué Montello”. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-sarney>. Acesso em: 15/11/2019.

10 Disponível em: <https://josesarney.org/presidente>. Acesso em: 15 nov 2019.

de *shoeless* – descalço, e *for all* – para todos, surge *Sarney* a partir de *Sir Ney*.

A apreciação por tal sonoridade motivou José Adriano de Araújo Costa a dar esse nome a seu filho – Sarney de Araújo Costa, quem viria a ser o pai de José Sarney.

Segundo a Lei de Registros Públicos, N. 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em seu art. 68, a legislação brasileira considera o nome como um dos atributos mais especiais da personalidade de uma pessoa, por isso, o processo legal de mudança de nome é moroso, caro e restringe-se a casos específicos previstos em lei, e recrudescer mais ainda no que concerne a alterações de sobrenome (art. 56), todavia, não foi inflexível com relação ao senhor José Ribamar Ferreira de Araújo Costa, que viria a ser o 31º. Presidente do Brasil (1985 – 1990).

Conforme Couto (2009, p.23), foi também a partir de 1965, com “a ascensão do político José Sarney ao cargo de governador do estado que se instituiu no Maranhão sua oligarquia”.

A trajetória política de José Sarney teria tido um início oficial com o pedido de seu pai a Vitorino Freire como segue:

Seu pai, o desembargador Sarney, mantinha comigo relações pessoais há muitos anos. Nos idos de 1950, desejei de ver seu filho lançar-se na política do Estado, solicitou-me que interferisse junto ao Governador Eugênio Barros no sentido de arranjar uma colocação para seu filho, José Ribamar Costa, ou José Sarney, como assinava, no gabinete do governador... O salto de Sarney, de assessor do governador a candidato a deputado federal, contando com meu apoio, gerou incompreensões de outros jovens políticos do PSD, que se consideraram marginalizados por mim (FREIRE, 1978, p. 273-274).

No entanto, a experiência e carreira política de José Sarney precediam sua nomeação oficial. Lima (2010, p.185) descreve que seu nascimento foi na cidade de Pinheiro – MA em 24 de abril de 1930, mas, aos 12 anos, teria vindo com o irmão, Evandro Costa, para ingressar no Liceu Maranhense, instituição de ensino para a qual fora aprovado em primeiro lugar. Tendo tornado-se o editor do jornal O Liceu, dá mostras de talento para o jornalismo e literatura.

Tornou-se *então* líder estudantil, e nessa condição, estimulou movimentações de rua e praças públicas em oposição à ditadura getulista, representada no Maranhão por Paulo Ramos, interventor que chegara a prendê-lo (BUZAR, 2001, p. 282). No ano de 1950, ingressou na Faculdade de Direito.

Em 1954, foi candidato pelo PSD de Vitorino Freire a Deputado Federal, ficando na suplência. Em 1955, rompe com Vitorino, e filia-se à UDN de Carlos Lacerda. Em 1960, elege-se Deputado Federal concomitantemente com Jânio Quadros na presidência do Brasil, com quem tem notória proximidade, e, por esse fato, o Governador Newton Bello (1961 a 1966) tem-no como porta-voz no Planalto (BUZAR, 2001, p. 290). Com a renúncia de Jânio Quadros e as conseqüentes crises do parlamentarismo e governo de João Goulart, Vitorino Freire volta a ter voz de comando no Maranhão, dando apoio ao governo Militar de 1964 sem a necessidade de Sarney. No entanto, o governo Militar escolheu associar sua imagem à Sarney, uma liderança nova (COSTA, 2004, p. 290).

Com esse apoio, em 1965, elege-se Governador do Maranhão para o mandato de 1966 a 1970, com 53,63% dos votos.

Além do apoio do Governo federal (Buzar, 2014, p. 353), corroboraram para sua eleição algumas circunstâncias de caos social que faziam as massas clamarem por um governador que, como uma espécie de *zorro*, lhes oferecesse alguma esperança de solução para as condições opressivas em que viviam.

Contavam como fatores de insatisfação popular, a arbitrariedade histórica que, não raro, dava mais alta voz às armas e à truculência (COSTA, 2004, p. 270-271; BUZAR, 2014, p. 45 e 77), o voto de cabresto¹¹, a fraude Eleitoral, onde “uma porca *seria* eleita, até pro senado, se ele (Vitorino) desejasse” (COSTA: 2004, p. 271), e a greve de 1951.

Relatam Costa (2004, p. 269-270) e Buzar (2014, p. 77) que a campanha eleitoral de 1950, entre Eugênio Barros, da situação, e Saturnino Belo, da

11 Expediente empregado pelos coronéis para que a “ livre escolha dos representantes” por parte dos eleitores fosse determinada por coação desses ricos fazendeiros. Seus capangas e jagunços retaliavam aos eleitores “desobedientes” com agressões, despejo e desemprego. As regiões controladas por esses coronéis eram chamadas de currais eleitorais (LEAL, 1997).

oposição, foi acirrada e em meio de obstaculações do governo contra os opositoristas, tais como: proibições de comícios, e emprego de cavalaria e de soldados autorizados a dissipar quaisquer ajuntamentos na Praça João Lisboa.

Mesmo assim, ocorre uma passeata oposicionista, e conseqüente confronto com a polícia do que resultou a morte do operário João Evangelista de Sousa, de 17 anos. Esse fato, prontamente noticiado na imprensa nacional, inflou a troca de acusações entre o governo e a oposição. Nesse clima, deu-se o pleito de 03 de Outubro de 1950 que “elegeu” Eugênio de Barros. Daí, deflagrou-se a greve geral contra a posse desse indicado de Vitorino Freire.

As massas populares e seu imaginário social coletivo estavam em ebulição dada à “violência nua e crua da Ocupação vitorinista”. O sentimento da sociedade era assim retratado por Costa (2004): “Traumas coletivos a sinalizar a finitude de todos e de cada um. [...] corações e mentes, mobilizando representações imemoriais da morte”, transformaram “túmulos em bandeiras e trincheiras de luta” (COSTA, 2004, p. 270).

Decorrente do prolongamento da greve, houve desabastecimento, falta de água e de energia, bem como insegurança por toda parte, principalmente porque, “o agravamento da situação levou o governo federal a estabelecer a ocupação da capital por tropas do exército”, o que contribuiu ainda mais para que tudo permanecesse parado, renunciando um total colapso às atividades econômicas (COSTA, 2004, p. 271).

Dessa forma, as condições favoráveis à posse de José Sarney estavam configuradas, e, em 31 de janeiro de 1966, emanava predominantemente um espírito social coletivo de que chegara o almejado dia da libertação: “jornais de oposição saudavam a posse de José Sarney [...], seria [...] a hora da libertação” (COSTA, 2004, p. 291).

Se for sustentada a premissa de que “a eleição de José Sarney teria sido uma ‘vitória outorgada’, representando “apenas um referendun da sociedade civil do estado para a consecução dos objetivos do governo central estabelecidos pela revolução de 1964” (COSTA, 2004, p. 292), então, supõe-se que a estrutura desse governo teria de dar manutenção e espessamento

ao mesmo *modus operandi* que lhe teria garantido esse endosso popular à imagem de libertador.

Portanto, a visibilidade pela arte, dramaturgia, e mídia que teria criado a imagem de José Sarney como libertador, doravante, devia também estabelecer, reforçar, consolidar e eternizar a retórica de convencimento dessa imagem no pensamento social coletivo.

Os fatos demonstram que a posse de José Sarney, em 31 de janeiro de 1966, estava encharcada de publicidade midiática encapsulando proselitismo político-ideológico em várias frentes.

Por exemplo, o programa de posse foi divulgado como “Festa do Povo” e previa salva de foguetes às 0h e às 6h; uma missa campal, na Igreja da Sé, e celebrada pelo Arcebispo metropolitano Dom João José da Mota e Albuquerque (27 de março de 1913 - 12 de setembro de 1987), tendo a participação do Coral do Maranhão; sessão em todos os cinemas da cidade; partida de futebol no estádio Santa Izabel; baile em todos os clubes e solenidade de posse e transferência do cargo em praça pública.

Figura 6



Jornal *O imparcial*, 30 de janeiro de 1966, p. 1 Foto de Nascimento Neto (2019)

Rojões eclodindo às 0h e às 6h serviam de símbolos mnemônicos efetivamente publicitários de eventos efusivos, mas, o simbolismo de

uma missa, naquele contexto, conferiria a ele uma imagem de humildade, resignação, devoção, celebridade e aprovação eclesial admiráveis.

Arcebispo é um sacerdote investido de maior patente e atribuições, e que tem outros bispos sob sua autoridade, como bem designa a composição dos radicais gregos *arché* (arché - primeiro ou principal), *epi* (epi - sobre ou por cima de) e *skopos* (scopos – vista, ver) formadores desse termo, e era empregado no passado para denominar cargos de supervisores nos domínios do judiciário, militar e civil.

A homilade ou preleção do Arcebispo de São Luís, nessa missa, foi uma exegese do evangelho registrado no livro bíblico de Mateus capítulo 8 versos 23 a 27 que aborda o apaziguamento de uma tempestade como segue:

²³Entrando ele no barco, seus discípulos o seguiram. ²⁴De repente, uma violenta tempestade abateu-se sobre o mar, de forma que as ondas inundavam o barco. Jesus, porém, dormia. ²⁵Os discípulos foram acordá-lo, clamando: “Senhor, salva-nos! Vamos morrer!” ²⁶Ele perguntou: “Por que vocês estão com tanto medo, homens de pequena fé?” Então ele se levantou e repreendeu os ventos e o mar, e fez-se completa bonança. ²⁷Os homens ficaram perplexos e perguntaram: “Quem é este que até os ventos e o mar lhe obedecem?” (A BÍBLIA, MATEUS 8:23-27).

O evento ocorreu em um extenso lago de água doce, medindo aproximadamente 21 quilômetros de comprimento e 14 quilômetros de largura, e localizado no distrito norte de Israel, chamado de Mar da Galileia, mar de Tiberíades ou lago de Genesaré. Na margem oposta do Mar da Galileia, ficavam as cidades de Citópolis, Pella, Diom, Gerasa, Filadélfia, Gadara, Rafana, Canata, Hipos e Damasco (BUCKLAND, 2007), que compunham um extenso território denominado de Decápolis- do grego *deka* (deka- dez), e *polis* (polis - cidade).

Esse lago, cercado de montanhas, está a mais de 200 metros abaixo do nível do mar. Em detrimento dessa baixa altitude, a temperatura do ar ali é superior à do planalto e dos montes, condição esta que, somada ao vento procedente do deserto do Saara, canalizado pela fenda síro-africana,

e ascendente pelo vale até chegar ao mar da Galileia, faz com que, todos os dias, de madrugada e no horário entre 14 e 17h, haja uma mudança climática resultante em tempestades repentinas e perigosas.

O pintor holandês Rembrandt Harmenszoon van Rijn (1606 — 1669), produtivo e famoso pintor holandês, em 1633, ilustra em uma tela de 160 por 128 cm, a cena em que Jesus acalma a tempestade no mar da Galileia:

Figura 7



Quadro de Rembrandt Harmenszoon van Rijn -Tempestade no mar da Galileia.

Fonte: on line ¹²

A hermenêutica¹³desse texto cristaliza-se com o fato de, em uma dessas tempestades, que faziam o mar encapelar-se, estava soçobrando o barco onde se achavam Jesus e seus discípulos. No entanto, Jesus dormia.

Quando os discípulos se vêem diante da inevitável fatalidade iminente, acordam-no e clamam: “Senhor, salva-nos! Vamos morrer!”.

Jesus, após perguntar a razão de tanto medo, fica em pé e manda que os ventos e o mar se acalmem, obtendo imediata bonança. Diante disso, exclamam: Quem é este que governa até a natureza?!

12 Disponível em: <http://virusdaarte.net/rembrandt-tempestade-no-mar-da-galileia/> acesso em: 12/09/2019.

13 Hermenêutica: *sf.* Método que visa à interpretação de textos (filosóficos, religiosos, etc.) (AURELIO, 2001, p. 390).

Portanto, a implicação é que, a despeito da tempestade, estava ali o Salvador que tinha autoridade para solucionar o aparente caos.

Todavia, naquele momento, os efeitos de sentido metaforicamente implícitos aos ouvintes da exegese desse texto, fatalmente implicariam em uma eisegese de que José Sarney, ali presente, era o salvador do estado, supostamente homologado pelas escrituras sagradas ali elencadas.

Exegese é o processo de interpretação de um texto, que um leitor faz, procurando ser o mais fiel possível às intenções do escritor.

Porter e Clarke (1997) explicam que o termo exegese:

[...] tem sido tradicionalmente definido como o processo pelo qual um leitor busca descobrir o significado de um texto via o entendimento das intenções originais do autor naquele texto. O objetivo clássico da exegese tem sido articular o significado de uma passagem como o escritor original pretendia que ele fosse entendido por sua audiência contemporânea (PORTER E CLARKE, 1997, p. 26)¹⁴.

Não obstante, eisegese é a “interpretação de um texto (como a Bíblia), lendo nele as suas próprias ideias”¹⁵. Portanto, eisegese é um antônimo de exegese, porque consiste em interpretar um texto como se as pressuposições, preconceitos e ilações do leitor estivessem de fato fundamentados no texto.

Assim, inferir-se-ia barco como o Estado do Maranhão, o Mar, seus caminhos; também que os discípulos representariam os maranhenses, e a tempestade, as circunstâncias caóticas pelas quais atravessava o Estado.

14 Exegesis has been traditionally defined as the process by which a reader seeks to discover the meaning of a text via an understanding of the original author's intentions in that text. The classic goal of exegesis has been to articulate the meaning of a passage as the original writer intended it to be understood by his or her contemporary audience (PORTER E CLARKE, 1997, p. 26). Tradução de Nascimento Neto (2019).

15 Eisegese: the interpretation of a text (as the Bible) by reading into it one's own ideas. Merriam Webster Dictionary, disponível em: <https://merriam-webster.com/dictionary/eisegesis>. Acesso em: 11/nov/2019. Tradução de Nascimento Neto, 2019.

Dessa forma, José Sarney, o Governador eleito, parece ser simbolizado como o salvador do estado, aquele que traria pacificação e bonança à senda político-administrativa do estado do Maranhão.

Interpretar o tópico tempestade marítima como metáfora para problemas e vicissitudes não era estranho nas artes de então. Essas metáforas da superfície conflituosa de ondas que se batem e da fúria de mares encapelados simbolizando adversidades, caos, reveses e transtornos são muito presentes na literatura, e “são mais numerosas que as de calmaria” (BACHELARD, 1980, p. 178).

Por exemplo, no romance da literatura brasileira *A Ostra e o Vento* (1964), de Moacir C. Lopes, tempestade significava relação conflituosa entre Marcela e Saulo.

Em Carvalho (1965, p. 26), a imagem de perigo no “mar selvagem” é “um tigre que eriça o pelo”.

Em Iracema (1984, p. 14), de José de Alencar, primeiramente publicado em 1865, exibe a conotação para barco como uma entidade, e mar como sua vida e lida, no trecho: “Deus te leve a salvo, brioso e altivo barco, por entre vagas revoltas, e te paje nalguma enseada amiga!”. Também Nietzsche (1950, p.608) faz das águas tal metáfora: “[...] Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida. [...] Existe no mundo um único caminho onde só tu podes passar”.

Além das metáforas, outra frente de impregnação ideológica apologética à imagem de “salvador do Maranhão” foi mídia impressa.

Por exemplo, o jornal *O Imparcial* de 30 de janeiro de 1966, na página primeira, traz seu editorial intitulado *O dia da esperança* com a seguinte abordagem:

O dia da **esperança** chega para os maranhenses com o atrazo de um quarto de século, demora que enfraqueceu nossas resistências, mas não conseguiu destruir nosso civismo. Longa foi a noite e lúgubres os sonhos por ela proporcionados. Mas o **povo**, numa arrancada que marcará a separação de duas épocas, quis **romper os grillhões** que o aferravam ao

atrazo, à miséria e à vergonha, **ofereceu**, ao Brasil e, ao Maranhão **a vitória de 3 de Outubro**, hoje definitivamente implantada no Maranhão, com **a posse de José Sarney** no Governo [...]

As trevas de vinte anos não apagaram as esperanças do Maranhão. É por isso que, hoje, o operário e o médico, a dona de casa e o advogado, o funcionário público e o sacerdote, o povo, na sua unanimidade, **todos comungam** a mesma **alegria**, a alegria da esperança que não se apagou, mas ao contrário, se robustece na **juventude** de um maranhense **que promete e pretende dar** ao estado no mínimo de uma palavra, o máximo de ação – Governo.

Dar governo ao Maranhão, que se desgovernou por todos os lados, cambaleante e inseguro como os narcotizados, **será realmente**, o suficiente para a conquista dessa **esperança** que não pereceu, nem pelo curso do tempo, nem pela maldade dos que a ignoram.

O **Maranhão recebe**, com **a posse de José Sarney** no governo do Estado, um novo **alento** para as caminhadas do **progresso**, na tranqüila **certeza** de que terá **paz e liberdade**, único clima que nos **conduzirá à grandeza** esperada.

Recebemos, pois, **com júbilo** o **novo Governo**, pedindo **a Deus** Todo Poderoso, que, do alto de **sua onisciência**, **aponte ao condutor** dos nossos **destinos** os **rumos** que nos levarão à **prosperidade**.

Este é o dia da **esperança**(O IMPARCIAL, 30 de janeiro de 1966, p. 1) (negritos meus).

A modalização do texto suscita uma imagem de herói, estruturando-se como uma propaganda proselitista político-ideológica na medida em que, a escolha lexical acontece para contrastar dois tempos, um de atraso e outro supostamente de esperança, um de grilhões e outro de liberdade.

As palavras: esperança, povo, romper, grilhões, vitória, todos, comungam, alegria, juventude, promete, pretende, governo, realmente, Maranhão, recebe, alento, progresso, tranqüila certeza paz, liberdade, e grandeza, júbilo, novo, Deus, onisciência, condutor, destinos, rumos, e prosperidade, associadas à menção de “a posse de José Sarney” no centro do texto, positivam enfaticamente o mito dessa imagem de herói e engendram um enunciado mais político, que puramente informativo.

Segundo Pacheco Filho (2001, p. 65), “o jornal reveste a posse do novo governador de um simbolismo ‘cívico’”. Dessa forma, o próprio “governador José Sarney sabia que a história é escrita com palavras e gestos, representações e símbolos” (PACHECO FILHO, 2001, p. 67). Isto se enquadra na explicação de Pinker (2005, p. 115) de que “a forma de uma representação determina o que se pode inferir dela facilmente”.

Outro recurso empregado na injeção de propaganda proselitista nesse contexto foi o cinema de Gláuber Rocha (1939 – 1981).¹⁶

Gláuber Rocha e José Sarney eram amigos¹⁷. Nas próprias palavras de José Sarney, é possível perscrutar a intenção de propaganda proselitista empregando o cinema quando diz que:

Tomava posse no Governo do Maranhão, e fiz uma ousadia que não se deve fazer com um amigo da estatura de Gláuber Rocha:

“Gláuber, você poderia documentar a minha posse no Governo do Maranhão?”

[...] ele foi e fez o documentário. Esse documentário foi passado numa sala de cinema de arte, há uns 15 anos. E quando o público viu que, numa sessão de cinema de arte, ia ser passado um documentário, que podia ter sentido de uma promoção publicitária, reagiu, como tinha que reagir. Mas aí, o documentário começou a ser passado e quando terminaram os 12 minutos de projeção, o público levantou-se e aplaudiu de pé, não o tema do documentário, mas como um grande artista pôde transformar um simples ato protocolar numa obra de arte. Por quê? Ele não filmou a minha posse, ele filmou a pobreza do Maranhão, filmou as esperanças que nasciam no Maranhão, dos casebres, dos hospitais, dos tipos de rua, e, no meio de tudo aquilo, ele colocou a minha voz, a voz do governador; ele modificou a ciclagem para que essa voz parecesse a voz de um fantasma profético, diante

16 Cineasta, ator e escritor brasileiro, vencedor do Festival de Cannes como o melhor diretor, em 1968 com o filme “o Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro”.

17 Há quase 20 anos, fui seu amigo. Conheci, de perto, aquela chama extraordinária, aquele fogo intelectual que aquecia as pessoas com quem privava ou com quem conversava. Em tudo o que pagava, Glauber Rocha dava um toque de genialidade (SARNEY, J., 1983, p.132).

daquela coisa entre o impossível e o que era a miséria do Estado (SARNEY, 1983, p. 132-133).

Observe-se que o pedido para “documentar minha posse” implica em produzir filme de propaganda favorável ao governo, pois, refuta antecipadamente à alegação de que aquele filme, passado numa sala de cinema, “podia ter sentido de uma promoção publicitária”, citando as palmas do público advindas após os doze minutos da exibição¹⁸.

Ao expressar que, “ele não filmou a minha posse”, mas “as esperanças que nasciam, os casebres, os hospitais, e as ruas”, colocando, “no meio de tudo aquilo, a minha voz com cirandagem modificada para parecer a voz de um fantasma profético”, admite manipulação midiática com vistas à apologia subreptícia, e confirma que, consoante Weilbacher (1994), o “consumidor passa a pensar da forma como o anunciante desejava que ele pensasse e o predispõe a agir como o anunciante desejava que ele agisse”.

Dessa forma, a propaganda política – sendo para Bartlett (1940, p. 7), “uma empresa organizada para influenciar e dirigir a opinião pública” - alcançou seus propósitos descritos por Garcia (1999, 2005) como segue:

A propaganda encarregou-se de enaltecer presidentes, apresentando-os como os líderes mais indicados para serem chefes de governo. Com a construção de uma imagem positiva dos presidentes, esperava-se conseguir despertar a confiança da população para suas decisões, explicações e esclarecimentos (GARCIA, 1999, 2005, p. 15).

Não filmar a posse, mas as esperanças que nasciam é, no mínimo, dizer que meia dúzia não era seis, porque, retratar os efeitos psicológicos delirantes desencadeados no povo e sua esperança induzida era filmar mais que a solenidade de posse, era aureolar ainda mais o mito.

Gomes (1999, p. 40) alega que “o público em geral constrói com o reforço da mídia, uma imagem fantasiada e de projeção estereotipada, que nada tem

18 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFRuhAA>. Acesso em: 12/julho/2019.

a ver com a realidade”, no entanto, essa imagem é “aceita inconscientemente como verdade e isto pode constituir em prática manipuladora”.

Além disso, tem-se como confissão de manipulação, a declaração de que a “cirandagem da voz foi modificada para parecer a voz de um fantasma profético”, uma técnica cinematográfica que beira o subliminar, não simplesmente porque “a propaganda quer impregnar as pessoas com suas ideias”, mas, principalmente pelo fato de seu propósito ter de “ser tão inteligente e virtuosamente escondido que aqueles que venham a ser influenciados por tal propósito nem o percebam” (REBOUL, 1975, p. 95).

Supõe-se então, que a percepção de José Sarney, quanto à força política que os meios de comunicação poderiam lhe outorgar, fê-lo estabelecer uma relação simbiótica com a Mídia desde o início de sua carreira política (COUTO, 2013, p. 145).

Buzar, (2001, p. 291) alicerça o conceito de que a mídia outorga força política, ao dizer que José Sarney, já em 1962, “partiu para as eleições [...] utilizando com competência os meios de comunicação de massa [...] realizou uma campanha brilhante, agressiva e contundente”.

Sobre o uso dos meios de comunicação como instrumento de proselitismo do poder, o próprio José Sarney diz que os meios de comunicação são um instrumento político:

Nunca fui empresário de comunicação. Eu criei o jornal, porque tinha que ter um instrumento político [...] Primeiro veio o rádio e tivemos de entrar, depois veio a televisão, tivemos que entrar, com isso o desdobramento da nossa necessidade política que teve condições de comunicação. Isso de certo modo ajuda bastante. (D’ELBOUX, 2003, p. 36-37)

Se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação. a única participação em empresas é relativa à atividade política. (LÍRIO, 2005 *apud* COUTO, 2009, p.154).

Para a manutenção do poder, a propaganda é um recurso imprescindível, pelo fato de que, “a política no Brasil apresenta um alto

índice de desconfiança”(COUTO, 2009, p. 92), ao contrário dos meios de comunicação. Filmes, Imprensa, **Mídia podem ser** empregados nessa saga, dado seu controle manipulador da sociedade, pois são capazes de distorcer a realidade.

Para Couto (2009, p. 92), 24% das emissoras de rádio e televisão do país são controlados por políticos. As concessões de rádio e TV são moeda de troca de grande valor político, pois parte significativa delas beneficia a políticos”.

Moreira (1998, p. 94) diz que, durante a presidência de Sarney, houve 1028 concessões de rádio e TV. Ou seja, “em apenas um mandato, José Sarney assinou um número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos os presidentes brasileiros entre 1934 e 1979,” das quais 168 se tornaram de políticos. A família tem emissoras de TV com 20 retransmissoras para três regiões maranhenses, o jornal *O Estado* e a rede Mirante de rádio, que tem emissoras em 23 municípios.

Embora os meios de comunicação eletrônicos sejam “a parte mais dinâmica dessa estrutura ideológica, não é a única” (GRAMSCI, 2004, p.78). Habermas (1983, p. 315) endossa esse posicionamento dizendo que “hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia”.

Como já acima declinado, o jornal, o cinema, e a missa foram recursos proselitistas político-ideológicos empregados para que a visualização apologética fosse bem instrumentalizada. Ainda não bastante, posteriormente, a toponímia somou-se a eles, como assevera Costa (1997, p.2):

Convém lembrar que a toponímia comemorativa da oligarquia Sarney foi toda ela instituída em 1996, quando da criação dos 81 novos municípios maranhenses. Através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a si mesma e a seus feitos na edificação do que denomina, em seu discurso, de um ‘Novo Maranhão’ (COSTA, 1997, p. 2).

Nesse sentido, a Toponímia também desempenha um papel semelhante, pois “teme a política”(PALONEN, 1993, p.103), e pode ser usada como um

instrumento de proselitismo para estabelecer, reforçar, consolidar e eternizar a imagem proselitista do poder, de seu representante e/ou de sua ideologia no pensamento social coletivo, pela retórica de convencimento derivada, implícita ou explicitamente, da exposição continuada de um topônimo.

No Maranhão, topônimos em homenagem à oligarquia Sarney estão presentes em muitas travessas, ruas, avenidas, praças, bairros, escolas, prédios públicos e municípios.

Quadro 2 – Topônimos com o sobrenome Sarney

Logradouro/Nome	Bairro/Município/Estado	Código de Endereçamento Postal
Travessa Marly Sarney	Forquilha/São Luís/MA	65054-060
Travessa Marly Sarney	Ivar Saldanha/São Luís/MA	65037-500
Travessa Roseana Sarney	Cidade Operária/São Luís/MA	65058-096
Travessa Roseana Sarney	Ilhinha/São Luís/MA	65076-612
Travessa Roseana Sarney	Ilhinha/São Luís/MA	65076-612
Travessa Des. Sarney Costa	Bairro de Fátima/São Luís/MA	65031-600
Travessa Ivan Sarney	Cidade Nova/São Luís/MA	65083-403
Travessa Ivan Sarney	Bequimão/São Luís/MA	65062-206
Travessa José Sarney	Bom Jesus/São Luis/MA	65042-880
Travessa Sarney Filho	João de Deus/São Luis/MA	65057-382
Travessa Sarney Filho	São Bernardo/São Luis/MA	65056-311
Travessa José Sarney	Bairro de Fátima/ São Luís/MA	65030-820

Travessa José Sarney	Jd. São Cristóvão/ São Luís/MA	65055-290
Travessa José Sarney	Pão de Açúcar/ São Luís/MA	65049-130
Travessa José Sarney	Vila Esperança/ São Luís/MA	65095-475
Travessa José Sarney	Campo de Belém/Caxias/MA	65609-210
Travessa José Sarney	Vila Palmeira/ São Luís/ MA	65045-710
1ª Travessa José Sarney	Coroadinho/ São Luís/ MA	65044-181
1ª Travessa José Sarney	Vila Ariri/ São Luís/ MA	65082-281
2ª Travessa José Sarney	Vila Itamar II/ São Luís/ MA	65090-042
2ª Travessa José Sarney	Bom Jesus/ São Luís/MA	65042-863
2ª Travessa José Sarney	Coroadinho/ São Luís/MA	65044-182
2ª Travessa José Sarney	Fátima/ São Luís/MA	65030-822
2ª Travessa José Sarney	Vila Ariri/ São Luís/MA	65082-282
3ª Travessa José Sarney	Fátima/ São Luís/MA	65030-824
Rua José Sarney	Atalaia/Ananindeua/PA	67013-780
Rua Fernando Sarney	Vila Marcony/Santa Inês/MA	65304-327
Rua José Sarney	Penha Circular/Rio de Janeiro/RJ	21011-721
Rua José Sarney	Jardim Presidencial/Ji-Paraná/RO	76901-084
Rua José Sarney	Alto da Brasília/Sobral/CE	62040-685
Rua Presidente José Sarney	Lençóis Paulista/SP	18681-570

Rua Governador Sarney	Centro/ Santa Inês/MA	65300-016
Rua José Sarney	Campo de Belém/Caxias/MA	65609-200
Rua José Sarney	Jd. São Cristóvão/São Luís/MA	65055-300
Rua José Sarney	Pão de Açúcar/São Luís/MA	65048-760
Rua José Sarney	Retiro Natal/São Luís/MA	65031-125
Rua José Sarney	Vila Esperança/São Luís/MA	65095-550
Rua José Sarney	Vila Itamar II/São Luís/MA	65090-040
Rua José Sarney	Vila Nova/São Luís/MA	65082-742
Rua Presidente Sarney	São Francisco/São Luís/MA	65076-750
Rua Roseana Sarney	Ilhinha/São Luís/MA	65076-610
Rua Roseana Sarney	Ivar Saldanha/São Luís/MA	65040-839
Rua Roseana Sarney	Vila Lobão/São Luís/MA	65045-854
Rua Roseana Sarney	Xavier Maia/Rio Branco/AC	69903-004
Rua Ivan Sarney	Sacavém/São Luís/MA	65041-322
Rua Luci Sarney	Santa Clara/São Luís/MA	65058-627
Rua Marly Sarney	Quebra Pote/São Luís/MA	65092-264
Rua Marly Sarney	Retiro Natal/São Luís/MA	65031-130
Rua Marly Sarney	Santa Cruz/São Luís/MA	65045-840
Rua Marly Sarney	Vila Apaco/São Luís/MA	65058-677

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?

Reginaldo Nascimento Neto

Rua Marly Sarney	Vila Ivar Saldanha/São Luís/MA	65040-840
Rua Marly Sarney	Nova imperatriz/MA	65907-230
Rua Marly Sarney	Açailândia/MA	65930-000
Rua Marly Macieira Sarney	Vila Verde/Cacoal/RO	76960-538
Rua Ministro Sarney Filho	Vila Conceição/São Luís/MA	65071-848
Rua Sarney Filho	Barreto/São Luís/MA	65037-440
Rua Sarney Filho	João de Deus São Luís/MA	65057-450
Rua Sarney Filho	Santa Efigênia São Luís/MA	65058-725
Rua Sarney Filho	São Bernardo São Luís/MA	65057-490
Rua Sarney Filho	Vila Mauro Fecury I São Luís/MA	65082-631
Rua Sarney Filho	Vila Primavera São Luís/MA	65043-896
Rua Sarney Neto	Santa Helena/MA	65043-896
Avenida Presidente José Sarney	Setor Sul Jamil Miguel/Anápolis/GO	75124-730
Avenida Presidente José Sarney	Vila Nossa Senhora D'Abadia/ Anápolis/GO	75120-425
Avenida Presidente José Sarney	Residencial Maria Luiza/Aparecida de Goiania/GO	74968-862
Avenida Governador Sarney	Centro/Santa Inês/MA	65300-112
Avenida Governador Sarney	Centro/Alto Parnaíba/MA	65810-000
Avenida José Sarney	Bom Jesus/São Luís/MA	65044-520
Avenida senador José Sarney	Axixá/MA	65148-000

Avenida José Sarney	Centro/São Luís/MA	65020-720
Avenida José Sarney	Centro/Fortaleza dos Nogueiras/MA	65805-970
Avenida José Sarney	São Raimundo/São Luís/MA	65082-265
Avenida José Sarney	Vila Ariri São Luís/MA	65082-280
Avenida José Sarney	Vila Mauro Fecuri I São Luís/MA	65082-667
Avenida José Sarney	Vila Nova São Luís/MA	65085-470
Avenida José Sarney	Vila São Luís São Luís/MA	65082-516
Avenida Sarney Filho	Vila Embratel/São Luís/MA	65081-400
Avenida Sarney Filho	Vila Janaína/São Luís/MA	65058-825
Avenida Sarney Filho	Coroadinho/São Luís/MA	65043-840
Avenida Sarney Costa	Residencial José Reinaldo Tavares São Luís/MA	65059-417
Avenida Roseana Sarney	Centro/São Vicente de Férrer/MA	65220-000
Avenida Roseana Sarney	Centro/Santana do Maranhão/MA	65555-970
Avenida Roseana Sarney	Grajaú/MA	65940-990
Avenida Roseana Sarney	Boa Vista do Gurupi/MA	65292-000
Avenida Roseana Sarney	Trizildela/MA	65950-000
Ponte Governador José Sarney	São Francisco-Centro/São Luís/MA	65065-545
Passagem José Sarney	Cabanagem/Belém/PA	66625-120
Praça José Sarney	Vila Palmeira/São Luís/MA	65045-700

Axiotopônimo: Proselitismo Político-Ideológico (Implícito) no Maranhão?

Reginaldo Nascimento Neto

Praça José Sarney	Pinheiro/MA	65200-000
Praça José Sarney	Vitorino Freire/MA	65320-000
Praça José Sarney	Coroatá/MA	65415-000
Praça José Sarney	Santa Inês/MA	65300-000
Praça José Sarney	Bom Jardim/MA	65380-000
Praça Marly Sarney	Vila Esperança/São Luís/MA	65095-507
Praia do Sarney	Aracaju/Sergipe	49009-109
Rodovia Presidente José Sarney	Aracaju/Sergipe	49009-109
Vila desembargador Sarney Costa	São Luís/MA	65059-451
Vila Sarney	São Luís/MA	65090-713
Vila Sarney	Floresta/fortaleza/CE	60340-492
Vila Roseana Sarney	São Luís/MA	65055-482
Vila Kiola	Alemanha/São Luis/MA	65058-180
Vila Kiola I	São José de Ribamar/MA	65110-000
Vila Sarney Filho	São Luís/MA	65058-475
Bairro Sarney	Coelho Neto/MA	65620-000
Maternidade Marly Sarney	Av Jerônimo de Albuquerque Maranhão, 1134 - Cohab Anil I/São Luís/MA	65051-210
Fórum desembargador Sarney Costa	Av. Prof. Carlos Cunha, s/n – Jaracaty/ São Luís/MA	65076-820

Biblioteca municipal José Sarney	Rua do Correio, 363-593 Fátima/São Luís/MA	65030-340
Biblioteca Presidente José Sarney	Rua Anapurus, 72j Jardim Renascença/São Luís/MA	65075-670
Município: Presidente Sarney		65204-000

A Revista Exame¹⁹ publicou, em sua edição de 19 de outubro de 2017, que “dezenas de ruas, praças, avenidas, escolas e até uma cidade foram batizadas com o nome do ex-presidente.

Nesse sentido, Backheuser (1949) fala sobre uma espécie de *nomolatria*²⁰ oportunista oriunda da vaidade manifesta na toponímia:

Quando a humanidade atravessa períodos de decadência e descrença, a autolatria e o oportunismo, reflexos da vaidade e da lisonja, se manifestam de múltiplas maneiras: no arco triunfal, no bronze das estátuas a heróis ainda vivos, nas saudações laudatórias, nas atitudes de apoio incondicional. E também na toponímia. [...] O hábito da autolatria e lisonja generalizou-se. Estações de estradas de ferro, túneis, pontes, edifícios, povoados, vilas, cidades, tudo recebe no Brasil nomes de pessoas vivas, em regra de pessoas no exercício do poder ou em situação de distribuir graças e favores (BACKHEUSER, 1949, 181-182).

Por exemplo, no que se refere a escolas, Otávio (2012)²¹ diz que o Maranhão em 2012 tinha 161 escolas com o nome dos Sarneys, e faz inferir que, além do culto à família Sarney, esses nomes atrairiam, na **época**, **mais** recursos às Unidades de Ensino.

19 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/prestigio-de-sarney-no-maranhao-pode-estar-com-os-dias-contados/>. Acesso em: 15/11/2018.

20 Nomós (gr. νόμος), nome; latreia (gr. λατρεία), adoração, veneração (ISIDORO PEREIRA, 1998).

21 OTÁVIO, Chico. Maranhão tem 161 escolas com nome dos Sarneys. *In*: O Globo, 07/05/2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/maranhao-tem-161-escolas-com-nome-dos-sarney-4828090>. Acesso em 10/08/2019

A Assembléia Legislativa do Maranhão tem projetos para mudar o nome de várias ruas, praças, avenidas, escolas e até uma cidade que levam o nome do ex-presidente.

Depreende-se daí que o mero debate desse assunto já pressupõe a percepção de relevância e interesse político-ideológicos das partes, pois, são discussões sobre o poder.

A jurisdição do território consolida o poder, de tal forma que Oliveira (2015-2016, p. 21) afirma que “é dentro do território que as ações estratégicas se realizam para transformar, construir ou destruir os espaços de poder”.

O município de Presidente Sarney era um lugar originalmente chamado de Pimenta, e que foi elevado á categoria de município pela Lei Estadual nº 6198, de 10 de Novembro de 1994, após seu desmembramento da cidade de Pinheiro, local do nascimento de José Sarney.

Limitado pelas linhas que o separam de Santa Luzia do Paruá, Pinheiro e Pedro do Rosário, o município de presidente Sarney se estende por 724,2 km², na Macrorregião Norte e microrregião da baixada maranhense, dentro das coordenadas geográficas Latitude: 2° 36' 3” Sul, Longitude 45° 25' 8” Oeste.

Esse topônimo é mais uma referência ao Ex-Presidente José Sarney à revelia da Lei constitucional, que proíbe homenagens toponímicas a entes vivos.

Por exemplo, o pressuposto de beneficiamento proselitista a homenageados vivos, antevisto pela Lei, cabe no postulado de que “quando um enunciador comunica alguma coisa, tem em vista agir no mundo”, pois, “ao exercer seu fazer informativo, produz um sentido com a finalidade de influir sobre os outros”, pretendendo assim, “que o enunciatário creia no que ele lhe diz, faça alguma coisa, mude de comportamento ou de opinião, etc.” (FIORIN, 2006, p.74).

Evidentemente, a pretensão dessa ação toponímica parece ter sido comunicar ao imaginário social coletivo a robustez do poder, garantindo-lhe a adesão e manutenção.

Considerando-se que o ex-presidente José Sarney, tendo sido criado em meio ao poder e vivido nas cortes mais altas do governo, além de premiado com honrarias por sua inteligência e cultura na arte de governar e escrever, hoje não precisaria efetivamente dessa homenagem toponímica ilegal.

Todavia, para que o município de Presidente Sarney/MA voltasse a ser chamado de Pimenta do Maranhão, a população deveria aprovar a mudança por meio de plebiscito, a ser realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MA em data ainda não determinada.

Empregar os efeitos das operações de representações mentais que os símbolos e as comparações desencadeiam no imaginário social coletivo, a fim de criar-se uma imagem favorável ao ente político, parece ter sido a prática iniciada em 1965, pelo senhor José Ribamar Ferreira de Araújo Costa.

Uma vez que, a fronteira entre proselitismo e propaganda é tênue, (ROLLO E BRAGA, 1996, p. 2), um *modus operandi* da propaganda é associar símbolos a eventos, sensações, pensamentos, inferências e percepções para evidenciar uma marca, ideia ou nome, buscando espaços para visualização de maior número da massa de público alvo na recepção de sua retórica argumentativa de convencimento (GARCIA, 1999, 2005).

Considerações finais

A propaganda é um instrumento de manipulação social e seduz nossos sentidos [...] fala com nosso inconsciente [...] e por mais defesas que possamos construir, sempre há o anúncio que fura o cerco [...] sempre há uma mensagem publicitária que nos atrai, interessa e convence (SAMPAIO, 1997, p.7), então como citado por Costa (1997, p. 2), “através desse mecanismo, a oligarquia política reverencia a si mesma e a seus feitos”, buscando espaços para visualização de maior número da massa de público alvo na recepção de sua retórica argumentativa de convencimento.

Com a toponímia, pode-se impregnar e eternizar um antropônimo no imaginário social coletivo, pois, o cidadão tê-lo-á registrado em seus documentos,

como certidão de nascimento, de casamento, carteira de identidade, carteira de trabalho, na placa do veículo automotor, nos mapas, etc.

Há, portanto indícios para se entender que o Axiotopônimo empregado no Maranhão cria condições favoráveis para a existência de proselitismo político ideológico ainda que sub-reptício.

A propaganda e o proselitismo são marcantes na toponímia do Maranhão, uma vez que a jurisdição do território consolida o poder.

Após a realização deste artigo, depreendeu-se que, sob a Toponímia e Ciências do Léxico, encontram-se veios com abundante seiva de conhecimentos multidisciplinares, prontos para serem descobertos, ejetados e cristalizados pelas pesquisas nessa área. As contribuições que tais estudos podem dar, certamente redundam em benefícios para a sociedade, no que diz respeito à criação de condições favoráveis ao despertar e formação de cidadãos mais conscientes, alertas, precavidos, e críticos, quanto às manobras discursivas do poder, que visam a proselitismos arditamente elaborados dentro da toponímia para induzir as massas. Tais manipulações inescrupulosas coíbem a liberdade de arbítrio, consciência e preferência política de grande parte dos cidadãos de uma cidade. O emprego de estratégias alienantes no construto da propaganda político-ideológica implícita nas práticas de nomeação toponímica são uma realidade.

Referências

ANDREWS, Carol. **The Roseta Stone**. 16^a Impressão. London: British Museum Press, 1981.

BACHELARD, G. **A Água e os Sonhos: Ensaio sobre a Imaginação da Matéria**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BACKHEUSER, Everardo, et al. **“TOPONÍMIA: (Suas Regras — Sua Evolução).”** *Revista Geográfica*, 9/10, no. 25/30, Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1949, pp. 163–195.

BALDINGER, K. **Teoría semántica: hacia una semántica moderna.** Madrid: Alcalá, 1970.

BALDINGER, K. Semasiologia e Onomasiologia. **ALFA: Revista de Linguística** v.9, p.7-36, 1966.

BARTLETT, F.C. **A Propaganda Política** — Jules Monnerot Sociologiedu Communisme, Edição Ridendo Castigat Mores (1940) 2001 eBook. pág. 359 (Gallimard). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/proppol.html>. Acesso em 16/abr/2018.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento.** Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. e atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil, 1969.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Vol. 1. 11ª ed. Brasília: editora UnB, 1983.

BOUZON, E. **O Código de Hamurabi.** Petrópolis: Vozes. 1986.

BRAUDY, Leo. **The Frenzy of Renown: Fame and its History.** New York: Vintage Books, 1997.

BUCKLAND, A.R. (1857-1942) & Lukyn Williams. **Dicionário Bíblico Universal.** Tradução de Joaquim dos Santos Figueiredo. – 4ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Editora Vida, 2007.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas & oposicionistas.** São Luís: Lithograf, 2001.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro.** 11. ed. 3ª tiragem. Bauru: Edipro, 2005.

CARVALHINHOS, P. de J. **Os Estudos De Toponímia No Brasil e Na USP.** Disponível em: <http://toponimia.fflch.usp.br/node/8> acessado em 10/set/2016.

_____. *As Origens dos Nomes de Pessoas.* In: **Domínios de Linguagem.** Revista Eletrônica de Linguística. Ano 1, nº1. 2007.

COSTA, W.C. **História do Maranhão: novos estudos. A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970)**. São Luís: Edufma, 2004.

COSTA, W. C. **Do “Maranhão novo” ao “novo tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1997. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12379571-Do-maranhao-novo-ao-novo-tempo-a-trajetoria-da-oligarquia-sarney-no-maranhao.html>. Acesso em: 12/maio/2019.

COUTO, Carlos Agostinho Almeida de Macedo. **Estado, Mídia e Oligarquia: Poder Público e Meios de Comunicação como suporte de um Projeto Político para o Maranhão**. São Luís: Edufma, 2009.

DARYAEE, T. **Cyrus, the Great: an Ancient Iranian King**, Santa Monica: Afshar, 2013.

D’ELBOUX, Paulo César. **A trajetória comunicacional de José Sarney**. Dissertação (mestrado em comunicação social) – Universidade metodista de São Paulo. In *Mídia brasileira: 2 séculos de história*. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/1o-encontro-2003-1>

DICK, M. V. P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. In: **Acta Semiótica et Lingüística** - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística). São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7. p. 97-122.

_____. **Método e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: a Toponímia do estado de São Paulo**. Investigações – Lingüística e Teoria Literária, São Paulo, v. 9, p. 119-148, 1999.

_____. Toponímia e Cultura, in: **Rev. Inst. Est. Bras.**, SP, 27:93-101, 1987.

DUPÂQUIER, J. Names Practices, Godparenthood and kinship in the vexin 1540-1900. In: **Journal of Family History**. 6, 1982.p.135 – 155.

- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio eletrônico versão 5.0: o dicionário de língua portuguesa** – Século XXI. Curitiba: Positivo, 2004.
- FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística I. Objetos Teóricos**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- _____. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo, Ática, 8 ed., 2006.
- FREIRE, Vitorino. **A laje da Raposa (memórias)**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978, p. 273-4.
- GARCIA, N. J. **Propaganda: ideologia e manipulação**. Versão para ebook. Rocket edition 1999, 2005.
- GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.
- HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org). **Mídia, memória e celebridades. Estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade**. Rio de Janeiro: Epapers Serviços Editoriais, 2003.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: 2004.
- HUME, D. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- KELLER, W. **E a Bíblia tinha Razão**. Tradução de João Távora. São Paulo: Melhoramentos, 1992.
- KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 10^a. ed. São Paulo: Edição Cortez, 2006.
- LÉVY, P. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2^a. ed. revista e ampliada. São Luís : Instituto Gea, 2010.

- NASCIMENTO NETO, Reginaldo. **O Proselitismo Político Ideológico Implícito nos Axiotopônimos do Maranhão**. Tese Doutorado. 2019.
- NORMAN. T. **A world of baby names**. USA: Editora Berkley Publishing, 2003
- PACHECO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A Construção Midiática do Político José Sarney (1962-1970)**. Dissertação de conclusão do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil. Recife, UFPE, 2001.
- PACKER, J.I.; TENNEY, M. C.; WHITE, William. **Nelson's Illustrated Encyclopedia of Bible Facts**.USA: Thomas Nelson Publishers,1995.
- PALONEN, K. **Reading Street Names Politically**. In Palonen, K. and Parvikko, T. (eds). 1993. p. 103-121.
- PINCHEVSKI, A.; TORGOVNIK, E. **Signifying passages. The signs of change in Israeli streets names**. Media, culture and society 24: 3, 365-88.
- PINKER. Steven. **Como a mente funciona**. 2 Edição 4a. Reimpressão. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Cia das Letras. 2005.
- PORTER, S. E.; CLARKE, K. D. What Is Exegesis? An Analysis of Various Definitions. In **Handbook to exegesis of the New Testament** (Vol. 25, p. 6).Leiden; New York: Brill, 1997.
- RABAÇA. C. A.; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. ed. Ática. São Paulo: 1995.
- ROLLO, Alberto. BRAGA, Enir. **Comentários à Lei Eleitoral nº 9.504/97**. São Paulo: Fiuza Editores, 2000.
- ROLLO, Arthur. **A propaganda eleitoral antecipada**. 2016. Disponível em: http://apps.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/ejesc/documentos/publicacoes/Artigo_Propaganda_Antecipada.pdf. Acesso em 22/08/2019
- SAMPAIO, R. **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais. Prolegômenos à uma concepção Pós-Moderna do Direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** N. 24, Março de 1988. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF. Acesso em 08/ago/2019

SARNEY, José. **Falas de Bem-Querer: conferências e discursos.** Brasília: Antenova, 1983.

SIBILIA, Paula. Celebridade para todos: um antídoto contra a solidão? **Revista Ciência e Cultura.** São Paulo: 2010, v. 62, n. 2., p. 52-55.

TOSQUI-LUCKS, P. **Os dicionários onomasiológicos como instrumento didático-pedagógico: uma análise do campo semântico do turismo em dicionários de língua inglesa.** In: C.M.

XATARA, & P. HUMBLÉ (org.), **Pesquisas em Lexicografia Pedagógica.** Florianópolis – SC, EDUFSC, 1, pp. 231-243, 2008

VAMPRÉ, S. **Do Nome Civil: sua origem e significação sociológica, teorias que o explicam, suas alterações, direitos e deveres correlativos.** Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia, 1935.

WALKER. C.B.F. *Cuneiform.* In **Reading The Past. Ancient Writing from Cuneiform to the Alphabet.** London – UK: British Museum Press, 1993.

WEILBACHER, W. M. **Marketing de Marcas: Criando Estratégias de Marcas que Proporcionam Valor e Satisfação ao Cliente.** São Paulo: Makron Books, 1994.